



APIN

EMPRESA INTERMUNICIPAL DE
AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR

CONCURSO PÚBLICO

CP/1/2025

**Prestação de serviços para substituições de contadores
de Água, interrupção do fornecimento de Água e
restabelecimento do fornecimento de Água, para os
Municípios de Figueiró dos Vinhos, Ansião, Castanheira
de Pera, Pedrógão Grande, Alvaiázere, Penela, Lousã e
Vila Nova de Poiares**

CADERNOS DE ENCARGOS

janeiro 2025

Parte I – CLÁUSULAS GERAIS.....	5
I ENQUADRAMENTO JURÍDICO-LEGAL.....	5
II CLÁUSULAS GERAIS.....	5
Cláusula 1ª Definições	5
Cláusula 2.ª Objeto	6
Cláusula 3.ª Contrato	6
Cláusula 4.ª Preço Base	8
Cláusula 5.ª Prazo de Execução	8
III Obrigações Contratuais.....	9
Secção I Obrigações do adjudicatário.....	9
Subsecção I Disposições gerais.....	9
Cláusula 6.ª Obrigações do prestador de serviços	9
Cláusula 7.ª Obrigações complementares	11
Cláusula 8.ª Forma da prestação de serviços	12
Cláusula 9.ª Transferência da propriedade	13
Cláusula 10.ª Conformidade e garantia técnica.....	14
Subsecção II Dever de sigilo.....	14
Cláusula 11ª Objeto do dever de sigilo	14
Cláusula 12ª Prazo do dever de sigilo	14
Cláusula 13ª Proteção de dados pessoais e RGPD	14
Secção II Obrigações da APIN.....	17
Cláusula 14ª Preço contratual	17
Cláusula 15.ª Condições de Pagamento	18
Cláusula 16ª Fornecimentos e serviços complementares	19
Cláusula 17ª Acompanhamento e controlo do contrato	20

Cláusula 18ª Seguros e Encargos Sociais.....	20
IV Penalidades contratuais e resolução.....	21
Cláusula 19ª Penalidades Contratuais	21
Cláusula 20.ª Força maior.....	23
Cláusula 22ª Resolução por parte da APIN.....	24
Cláusula 23.ª Resolução por parte do prestador de serviços.....	24
Cláusula 24ª Responsabilidades.....	25
Cláusula 25ª Reclamações	25
V Resolução de litígios	25
Cláusula 25.ª Foro competente	25
VI Disposições finais.....	25
Cláusula 26.ª Subcontratação e cessão da posição contratual.....	25
Cláusula 27.ª Comunicações e notificações.....	26
Cláusula 28.ª Contagem dos prazos	27
Cláusula 29ª Legislação aplicável.....	27
PARTE II CLÁUSULAS ESPECIAIS	28
Cláusula 30ª Regras Gerais	28
Cláusula 31ª Identificação e fardamento.....	28
Cláusula 32ª Relacionamento com o Cliente	29
Cláusula 33ª Requisitos gerais aplicáveis ao serviço de substituição de contadores	31
Cláusula 34ª Regras técnicas específicas para a substituição de tubagens.....	33
Cláusula 35ª Regras técnicas específicas para a limpeza dos locais de realização dos Serviços.....	34
Cláusula 36ª Avarias durante a realização dos serviços	34
Cláusula 37ª Contadores danificados	35
Cláusula 38ª Detecção de situações fraudulentas	35

Cláusula 39ª Meios técnicos e humanos a afetar à Prestação de Serviços de Substituição de Contadores 35

Cláusula 40ª Quantidades estimadas..... 37

Parte I – CLÁUSULAS GERAIS

I ENQUADRAMENTO JURÍDICO-LEGAL

- A. A APIN – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, EIM, SA. é uma empresa local, pessoa coletiva de direito privado, com natureza intermunicipal, sujeita ao Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31/08, revista e atualizada pelas Leis n.º 53/2014, de 25/08, n.º 69/2015, de 16/07, n.º 7-A/2016, de 30/03, n.º 42/2016, de 28/12, n.º 114/2017, de 29/12 e n.º 71/2018, de 31/12, à Lei comercial, aos Estatutos e, subsidiariamente, ao Regime jurídico do sector público empresarial, aprovado pelo DL 133/2013 de 03.10, revisto e atualizado pelas Leis n.º 75-A/2014, de 30/09 e n.º 42/2016, de 28/12.
- B. O objeto estatutário da entidade adjudicante é a exploração e gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, o qual agrega os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penela e Vila Nova de Poiares.
- C. A entidade adjudicante optou pelo procedimento pré-contratual de Concurso Público, através do critério do valor, ancorado à al. b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

II CLÁUSULAS GERAIS

Cláusula 1ª Definições

Para efeitos do disposto no presente Caderno de Encargos e nos seus anexos, os seguintes termos, quando grafados em SMALL CAPS, no singular ou no plural, e salvo se do Caderno de Encargos resultar claramente sentido diferente, têm o seguinte significado:

- a) ADJUDICATÁRIO/ PRESTADOR DE SERVIÇOS/ FORNECEDOR: Empresa ou grupo de empresas consorciadas a quem vier a ser adjudicado este procedimento;
- b) CE: Caderno de Encargos;

- c) CONTRATO: Aquisição de serviços de substituição de contadores;
- d) CCP: Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;
- e) ENTIDADE CONTRATANTE: APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior E.I.M., S.A., adiante abreviadamente designada por APIN;
- f) RGPD: o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Cláusula 2.ª Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto a prestação de serviços de substituição de contadores, com observância das especificações técnicas e das disposições normativas constantes do presente caderno de encargos.

Cláusula 3.ª Contrato

1. O contrato é reduzido a escrito.
2. Faz parte integrante do CONTRATO, quando este for reduzido a escrito, um clausulado que deve conter os seguintes elementos:
 - i. A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como do título a que intervêm, com indicação dos atos que os habilitem para esse efeito;
 - ii. A indicação do ato de adjudicação e do ato de aprovação da minuta do CONTRATO;
 - iii. A descrição do objeto do CONTRATO;
 - iv. O preço contratual ou preço a receber pela ENTIDADE CONTRATANTE ou, na impossibilidade do seu cálculo, os elementos necessários à sua determinação;
 - v. O prazo de execução das principais prestações objeto do CONTRATO;

- vi. Os ajustamentos aceites pelo ADJUDICATÁRIO;
 - vii. A referência à caução prestada pelo ADJUDICATÁRIO;
 - viii. Se for o caso, a classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao CONTRATO, a realizar no ano económico da celebração do mesmo, ou no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o CONTRATO em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição de despesa;
 - ix. A identificação do gestor do CONTRATO em nome da ENTIDADE CONTRATANTE, nos termos do artigo 290.º A do CCP;
- 3. As eventuais condições de modificação do CONTRATO expressamente previstas no Caderno de Encargos, incluindo cláusulas de revisão ou opção, claras, precisas e inequívocas.
 - 4. Fazem sempre parte integrante do CONTRATO, independentemente da sua redução a escrito:
 - 5. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - 6. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - 7. O caderno de encargos;
 - 8. A proposta adjudicada;
 - 9. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo ADJUDICATÁRIO;
 - 10. Sempre que a ENTIDADE CONTRATANTE considere conveniente, o clausulado do CONTRATO pode também incluir uma reprodução do caderno de encargos completada por todos os elementos resultantes dos documentos referidos nas alíneas a), b), d) e e) do número anterior.
 - 11. A ENTIDADE CONTRATANTE pode excluir expressamente do CONTRATO os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem

a aspetos da execução do CONTRATO não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.

12. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
13. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do CONTRATO, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo ADJUDICATÁRIO nos termos do disposto no art.º 101.º do CCP.

Cláusula 4.ª Preço Base

1. O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação de serviços que constituem o seu objeto, sendo que no presente procedimento corresponde a **119.250,00€** (cento dezanove duzentos cinquenta euros), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à APIN, nomeadamente os relativos a despesas de expediente, transporte, alimentação, viagens e estadia, despesas de segurança e equipamentos inerentes à prestação, bem como quaisquer encargos decorrentes da atividade exercida durante a prestação de serviços e da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Caso a entidade adjudicante venha a ser reclamada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 5.ª Prazo de Execução

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo necessário a assegurar o fornecimento e a prestação de serviços objeto deste contrato, de forma continuada, pelo período correspondente a 24 (meses) meses contados da

data da sua outorga ou até perfazer o limite do preço máximo contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. Cada um dos trabalhos deverá ser executado, pelo adjudicatário, nos prazos máximos a seguir indicados, por tipologia:
 - i. Substituição isolada de contador 3 dias úteis;
 - ii. Substituição de contador (por lote) 15 dias úteis.

III Obrigações Contratuais

Secção I Obrigações do adjudicatário

Subsecção I Disposições gerais

Cláusula 6.ª Obrigações do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, como obrigação principal, a execução de trabalhos de substituição de contadores para medição de consumos domésticos de água, com observância pelas especificações técnicas deste Caderno de Encargos.
2. Os serviços a prestar compreendem:
 - i. Retirada de contadores antigos e instalação de novos contadores, isto é, substituição, incluindo acessórios de ligação;
3. Os contadores e os selos serão os únicos bens que serão fornecidos pela APIN, no âmbito do presente contrato.
4. Os contadores retirados devem ser entregues pelo adjudicatário à APIN, no Polo de Penela, sito: Zona industrial de Penela, Lote 14, 3230-347 Penela.
5. Qualquer dano provocado pelo adjudicatário no manuseamento (quebra de tampa, quebra do corpo do contador, rosca amolgada, etc.), bem como a perda do contador, será objeto de relatório a elaborar pelo adjudicatário e

sujeito à apresentação e apreciação da APIN, a qual lhe imputará os encargos inerentes àquele.

6. No âmbito da prestação de serviços, o adjudicatário tem de estabelecer um contacto prévio com o cliente, identificando-se e informando da sua missão. Quando o contador estiver instalado no interior da habitação ou em local não acessível e o cliente não se encontrar em casa, deverá o prestador de serviços deixar uma notificação a solicitar o reagendamento da intervenção.
7. Os trabalhadores do adjudicatário na execução dos trabalhos devem apresentar-se devidamente fardados e identificados com o cartão a que se refere o ponto 9 desta cláusula.
8. A farda é da responsabilidade do adjudicatário e deve apresentar boas condições de utilização e limpeza.
9. O modelo do cartão de identificação dos trabalhadores do adjudicatário para execução dos trabalhos, a que se refere o número 7, será fornecido pela APIN.
10. O adjudicatário, antes da celebração do contrato, tem de apresentar à APIN, uma lista nominativa da equipa técnica a afetar à prestação de serviços.
11. O adjudicatário, quando pretenda proceder à substituição de colaborador(es) afeto(s) à prestação de serviços, obriga-se a solicitar, previamente e por escrito, autorização à APIN.
12. O adjudicatário obriga-se a proceder à substituição de colaborador(es) por outro (s) com pelo menos, iguais qualificações em caso de impedimento, férias ou ausência prolongada ou quando solicitado e justificado pela APIN.
13. O adjudicatário fica obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, nomeadamente no que se refere à aptidão e formação profissional, disciplina e remunerações, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
14. Constitui encargo do adjudicatário o transporte, deslocação de técnicos e materiais, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros.

15. Na prestação de serviços objeto do presente contrato o adjudicatário obriga-se a cumprir com todos os requisitos legais exigidos no âmbito da medicina, segurança e higiene, relativamente a todo o pessoal afeto à prestação de serviços, sendo da sua responsabilidade os encargos que daí resultem.
16. A APIN reserva o direito de, em qualquer fase de execução contratual, solicitar ao adjudicatário a exibição dos documentos comprovativos de tal cumprimento, a observar, documentos que este se obriga a entregar, bem como a visitar as instalações do adjudicatário para aferir do cumprimento de tais práticas.
17. O adjudicatário é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do seu pessoal e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho ou doença profissional, devendo apresentar à APIN uma declaração, atestando que todos os técnicos que colaboram ou venham a colaborar na prestação de serviços são alvo de exames de saúde, de acordo com a legislação em vigor.

Cláusula 7.ª Obrigações complementares

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, as seguintes obrigações gerais:
 - a. Executar os serviços que integram o objeto do contrato tal como descrito neste Caderno de Encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - b. Cumprir as condições fixadas para a execução dos serviços, tendo em conta as especificações e requisitos técnicos indicados nas cláusulas deste Caderno de Encargos e nos termos da legislação aplicável;
 - c. Executar todos os trabalhos administrativos de controlo e reporte dos serviços emitidos;
 - d. Cumprir a legislação em vigor em todas as suas vertentes e dimensões;
 - e. Entregar os manuais e documentos de todos os equipamentos e materiais utilizados;
 - f. Transportar os contadores dos locais de armazenamento da APIN para

os locais de instalação, quer dos locais de instalação para os de armazenamento;

- g. Recolher, transportar e entregar a destino final adequado os equipamentos e/ ou materiais sem utilidade, bem como de todos os resíduos que produza durante a execução do contrato, de acordo com a legislação em vigor;
- h. O adjudicatário deverá:
 - i. Sujeitar-se à ação fiscalizadora da APIN;
 - ii. Prestar as informações que forem solicitadas pela APIN;
 - iii. Nomear um responsável que será o contacto com o responsável da APIN.

Cláusula 8.ª Forma da prestação de serviços

1. A execução dos serviços será efetuada, sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, em função das necessidades da APIN e nos prazos fixados na cláusula 5ª.
2. O adjudicatário elaborará e apresentará à APIN, com uma periodicidade mensal, até ao 2.º dia útil do mês seguinte ao da execução do trabalho, um Relatório de Atividades contendo a evolução de todas as operações e trabalhos realizados em cumprimento das obrigações emergentes do contrato, contendo, nomeadamente, informações relativas a:
 - a. Quantidade trabalhos realizados, com indicação da Ordem de Serviço ou outras que se revelem fundamentais para a correta identificação do serviço;
 - b. Não conformidades/ desconformidades detetadas;
 - c. Eventuais propostas, recomendações ou sugestões de melhoria.
3. A APIN procede à análise dos documentos entregues pelo adjudicatário e reserva-se o direito de fazer inspeção dos materiais e/ ou trabalhos executados, com vista a verificar se reúnem as características, especificações e requisitos definidos no presente Caderno de Encargos, na proposta do adjudicatário, bem como outros requisitos exigidos por lei.
4. Na análise e inspeção a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve prestar à APIN toda a cooperação e esclarecimentos necessários.
5. No caso da análise da APIN a que se refere o n.º 3 não comprovar a conformidade dos trabalhos ou dos elementos entregues com as exigências

legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, a APIN, deve de isso informar, por escrito, o adjudicatário.

6. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela APIN às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos no presente Caderno de Encargos.
7. Após a realização, pelo adjudicatário, das alterações e complementos necessários, a APIN procede a nova análise, nos termos do n.º 3.
8. Caso a análise a que se refere o n.º 3 comprove a conformidade dos trabalhos e/ ou dos elementos entregues com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos neste Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação.
9. É da responsabilidade do adjudicatário a resolução de avarias que ocorram durante a realização dos trabalhos, da forma mais rápida e eficaz, sem quaisquer encargos para o cliente e para a APIN.
10. Destas avarias não pode resultar qualquer deficiência no serviço de abastecimento de água do cliente, a não ser durante o espaço de tempo estritamente necessário para a reparação das avarias.
11. Eventuais danos emergentes ou consequência destas avarias são da inteira responsabilidade do adjudicatário, que os deve assumir imediatamente perante os lesados.

Cláusula 9.ª Transferência da propriedade

1. Os elementos apresentados pelo adjudicatário ao abrigo do contrato passam a integrar a propriedade da APIN, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 10.ª Conformidade e garantia técnica

O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à APIN, em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do adjudicatário

Subsecção II Dever de sigilo

Cláusula 11ª Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à APIN, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinando direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12ª Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar da data do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 13ª Proteção de dados pessoais e RGPD

1. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados

pela APIN ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2. Os dados pessoais a que o prestador de serviços tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela APIN ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das instruções desta empresa e da legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente com o Regulamento.
3. O prestador de serviços compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela APIN ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruída, por escrito, pela APIN.
4. O prestador de serviços aceita que a APIN recorra a outras entidades subcontratadas exclusivamente com o intuito de prestar serviços a que o prestador de serviços não consiga dar resposta, sempre no âmbito das atribuições definidas pela APIN.
5. Caso o prestador de serviços subcontrate outras entidades (mediante prévia autorização escrita da APIN, nos termos previstos no CCP) para a prestação de serviços previamente definidos pela APIN, o prestador de serviços será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
6. O prestador de serviços obriga-se a garantir que as empresas por esta subcontratadas cumprirão o disposto na LPDP e na demais legislação aplicável, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a mesma celebra com outras entidades por si subcontratadas.
7. O prestador de serviços obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela APIN, única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
 - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;

- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a APIN esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da APIN, contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Prestar à APIN toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a APIN, informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos do instrumento de legalização concedido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados à APIN;
- g) Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no contrato;
- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- i) Adotar medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços que tratam dados pessoais e possuir um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- j) Prestar a assistência necessária à APIN no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos Direitos Previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados;
- k) Garantir mecanismos de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais;

- l) Disponibilizar as informações necessárias para demonstrar o cumprimento do RGPD, bem como colaborar com auditorias ou inspeções, conduzidas pela APIN, ou por outro auditor por este mandatado.
8. O prestador de serviços será responsável por qualquer prejuízo em que a APIN, venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ ou do disposto no contrato.
9. Para efeitos do disposto no n.º 8 e na alínea g) do n.º 7 da presente cláusula, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário/prestador de serviços, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador.
10. A obrigação de sigilo previsto na alínea d) do número 7 da presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

Secção II Obrigações da APIN

Cláusula 14ª Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a APIN, E.I.M., S.A. deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, os preços unitários constantes da proposta, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. O preço total é estimado, por ser variável em função das quantidades de serviços efetivamente realizados, pelo que a APIN, E.I.M., S.A. apenas pagará os serviços que venham a ser real e efetivamente prestados, por aplicação dos preços unitários previstos para os tipos de trabalho indicados às intervenções efetivamente realizadas.

3. As quantidades apresentadas no presente Caderno de Encargos são meramente indicativas, destinando-se, essencialmente, à determinação do preço total estimado.
4. Caso venha a verificar-se que o valor dos serviços efetivamente prestados é menor do que o valor correspondente às quantidades estimadas apresentadas neste Caderno de Encargos, o adjudicatário não terá direito a qualquer indemnização ou compensação, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 381.º, aplicável de acordo com o n.º 6 do artigo 454.º, ambos do CCP.
5. O adjudicatário não pode recusar a execução de quantidades de trabalhos superiores às estimadas.
6. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à APIN - EIM, SA., nomeadamente os relativos aos meios humanos e materiais, alimentação, transporte, armazenamento e manutenção, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros direitos de propriedade industrial.
7. Não haverá lugar à revisão de preços durante o prazo de execução contratual.

Cláusula 15.ª Condições de Pagamento

1. As quantias devidas pela APIN, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pela APIN das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida:
3. No que respeita ao serviço de substituição de contadores, após a emissão da respetiva declaração de aceitação pela APIN do Relatório Mensal de Atividades previsto no n.º 2 da cláusula 8ª.
4. Em caso de discordância por parte da APIN, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Em caso de atraso da APIN no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o adjudicatário direito aos juros de mora sobre o

montante em dívida, pelo período correspondente à mora, calculados à taxa de juro fixada no n.º 2 do artigo 806.º do Código Civil para o incumprimento das obrigações civis.

6. O prestador de serviços pode emitir faturas eletrónicas, nos termos do artigo 299.º - B do Código dos Contratos Públicos.
7. As faturas devem mencionar obrigatoriamente o número de procedimento e, caso aplicável, o número de requisição, a que dizem respeito, conforme instruções a fornecer por parte da Entidade Adjudicante.
8. A fatura deve ainda conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada, preferencialmente de acordo com a estrutura de decomposição dos itens prevista na respetiva nota de encomenda.
9. Caso se revele necessário e sempre que requerido pela Entidade Adjudicante, a fatura deverá ser acompanhada por uma folha de cálculo em formato excel com a lista dos artigos constantes da fatura emitida, onde conste discriminadamente o nome dos artigos faturados, os respetivos preços unitários e preços globais por artigo.
10. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
11. O prestador de serviços não poderá ceder quaisquer direitos ou obrigações emergentes do presente contrato, incluindo a cessão de créditos, sem a prévia autorização escrita, por qualquer meio registado, do contraente público.
12. Em caso de violação do disposto do número anterior, incluindo a realização de uma cessão de créditos com a expressa oposição da APIN, E.I.M., S.A., o prestador de serviços será responsável por todos os custos acrescidos que o cumprimento da obrigação perante o cessionário acarretar para o contraente público.

Cláusula 16ª Fornecimentos e serviços complementares

1. São fornecimentos e serviços complementares aqueles cuja espécie ou

quantidade não esteja prevista no contrato.

2. É aplicável, aos fornecimentos e serviços complementares, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 370.º a 381.º do CCP.

Cláusula 17ª Acompanhamento e controlo do contrato

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, a APIN poderá requerer ao adjudicatário reuniões de acompanhamento à execução do contrato.
2. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.
3. O adjudicatário obriga-se a dispor de um responsável pela execução do contrato.
4. Após a assinatura do contrato, o adjudicatário informará, por escrito, o nome do responsável, indicando a sua qualificação técnica e, ainda, se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico.
5. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução dos serviços poderão ser dirigidos diretamente ao seu responsável.
6. O adjudicatário deverá assegurar os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre os seus agentes através da atribuição de um telemóvel, facultando o respetivo número à APIN.
7. Em complemento dos meios de comunicação móveis, deverá ainda dispor de ligação à rede fixa com os meios indispensáveis para o estabelecimento de comunicação compatível entre a APIN e o adjudicatário. É igualmente obrigatório dispor de meios que permitam a comunicação por correio eletrónico.

Cláusula 18ª Seguros e Encargos Sociais

1. Seguro de Responsabilidade Civil:
 - a) O adjudicatário subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde serão indemnizadas, em caso de sinistro, as perdas e/ ou danos de carácter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral, e à APIN em particular, em consequência da execução da presente prestação de serviços, cuja responsabilidade civil legal de

natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;

- b) Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da apólice que a entidade adjudicante será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;
 - c) O adjudicatário é obrigado a contratar um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de 50.000,00 (cinquenta mil euros), por sinistro e anuidade.
2. Seguro de acidentes de trabalho:
- a. O Adjudicatário ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal.
 - b. O Adjudicatário obriga-se a efetuar apólices de seguro que cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do contrato, nos termos da legislação em vigor.
3. O Adjudicatário obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na prestação de serviços, bem como todas as pessoas nelas transportadas na qualidade de passageiros, sejam quem for estas últimas, com valor ilimitado de responsabilidade civil.
4. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Adjudicatário.
5. A APIN pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos na presente cláusula, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias.

IV Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 19ª Penalidades Contratuais

- 1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a APIN pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, que pode ser

cumulada com outras cujos pressupostos se mostrem verificados, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a. Pelo incumprimento dos prazos indicados no número 2 da cláusula 5ª deste Caderno de Encargos, até 20% do preço contratual da respetiva intervenção, por cada dia de atraso.
 - b. Pelo incorreto preenchimento da Ordem de Serviço (ou não envio dos elementos associados, conforme este Caderno de Encargos, nomeadamente alínea q) do n.º 1 da cláusula 33ª até 100% do preço contratual da respetiva intervenção, caso a correção da mesma não seja efetuada até 24 h após a solicitação da correção.
 - c. Pelo incumprimento da data e hora agendada com o cliente ou pelo não agendamento da intervenção, até 100% do preço contratual da respetiva intervenção, caso daí resulte uma reclamação por parte do cliente;
 - d. Pelo incumprimento da obrigação prevista na cláusula 33ª deste Caderno de Encargos, até 50% do preço das intervenções realizadas em incumprimento;
2. A aplicação das sanções pecuniárias previstas no número anterior não pode exceder o valor acumulado de 20% do preço contratual.
 3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a APIN pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
 4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo das alíneas previstas no n.º 1, que tenham determinado a respetiva resolução.
 5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a APIN tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
 6. A APIN pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, sem prejuízo da possibilidade, alternativa ou combinada, da mobilização das garantias prestadas.

7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a APIN exija uma indemnização pelo dano excedente.
8. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

Cláusula 20.ª Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas.
3. Não constituem força maior, nomeadamente:
 - a) Circunstância que não constitua força maior para os subcontratos do prestador de serviço, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratos;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais, de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou de ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações ou equipamentos de apoio e veículos do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência suas ou ao incumprimento de normas de segurança;

- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 22ª Resolução por parte da APIN

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a: APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior E.I.M., S.A. pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) Atraso, total ou parcial, na execução dos serviços superior a 30 (trinta) dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada execução excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela: APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior E.I.M., S.A.

Cláusula 23ª Resolução por parte do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses.
2. No caso previsto no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, a qual produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração pela **APIN, E.I.M., S.A.**, salvo se, nesse prazo, esta última cumprir as obrigações em atraso, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 24.ª Responsabilidades

O adjudicatário é responsável por todos os danos causados às e nas instalações da APIN, a título culposo ou objetivo, que resultem casualmente da sua prestação contratual, ficando constituído na obrigação de indemnizar, aplicando-se o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 296.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 25.ª Reclamações

As reclamações dos Clientes sobre serviço deficiente ou sobre danos provocados durante a execução do serviço, ou surgidos posteriormente, serão encaminhadas, de imediato, para o adjudicatário que deverá resolver as causas da reclamação e assumir os encargos respetivos e a responsabilidade pelos danos patrimoniais ou extrapatrimoniais provocados, enviando, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à APIN, relatório sobre a situação, onde se refira as medidas que foram adotadas.

V Resolução de litígios

Cláusula 25.ª Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal da Comarca de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

VI Disposições finais

Cláusula 26.ª Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A APIN pode, a todo o tempo, e mediante mera notificação escrita ao adjudicatário, ceder a sua posição contratual.
2. A cessão e a subcontratação pelo adjudicatário carecem de autorização prévia e escrita da APIN, sendo admitida nos termos previstos no CCP.

3. Verificando-se o incumprimento, pelo adjudicatário das suas obrigações assumidas com a celebração do contrato, que preencham os requisitos da resolução do contrato, a APIN pode, em alternativa à resolução do contrato, ordenar a cedência da posição contratual do adjudicatário ao (s) concorrente (s) do procedimento pré-contratual que precedeu a celebração do contrato em execução, pela ordem sequencial daquele procedimento.
4. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, a APIN interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos serviços.
5. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
6. A cessão da posição contratual opera por mero efeito do ato da APIN, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
7. Os direitos e obrigações da APIN, desde que constituídos em data anterior à data notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
8. As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 6 desta cláusula apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
9. A caução e as garantias prestadas pelo cedente são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas 6 (seis) meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pela APIN, aos respetivos depositários ou emitentes.
10. A posição contratual do cedente nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Cláusula 27.ª Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos

termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.^a Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 29.^a Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PORTE II CLÁUSULAS ESPECIAIS

Cláusula 30ª Regras Gerais

1. Os técnicos ao serviço do adjudicatário afetos à execução do contrato devem pautar a sua atividade por regras de conduta, de apresentação e de relacionamento que nunca ponham em causa a imagem da APIN, bem como a segurança, privacidade e dignidade dos Clientes daquela (designados apenas "clientes")
2. Os técnicos designados pelo adjudicatário devem possuir formação académica e técnica que garanta a qualidade do serviço, designadamente quanto à clareza das informações a prestar, à forma como utilizam os equipamentos e ferramentas e os materiais adequados a cada intervenção, ao modo como manobram os dispositivos e órgãos do sistema de abastecimento e boa receptividade à formação necessária à sua atividade.
3. As visitas aos Clientes da APIN serão efetuadas entre as 09:00 h e as 18:00 h, sendo que qualquer visita que não se enquadre dentro deste período horário deve ter a prévia autorização da APIN.
4. As deslocações aos estabelecimentos (comércio/ indústria) serão efetuadas dentro daquele horário, mas tendo em conta o período de funcionamento de cada um dos estabelecimentos, devendo o adjudicatário adaptar o itinerário a esta circunstância e evitar perturbar o funcionamento da atividade.
5. A observação e anotação de informações relativas à realização de cada serviço pelo adjudicatário na respetiva Ordem de Serviço facilita, em caso de necessidade, as tarefas subsequentes, pelo que são de carácter obrigatório. O incumprimento desta obrigação pelo adjudicatário constitui o mesmo que a execução incorreta do serviço e incorre na respetiva penalidade.

Cláusula 31ª Identificação e fardamento

1. Os técnicos do adjudicatário devem apresentar em local bem visível, o documento de identificação (modelo fornecido pela APIN).
2. O documento referido no número anterior deve ser exibido sempre que seja solicitado, constituindo um comportamento inadequado a recusa de

identificação, sendo motivadora do afastamento do técnico respetivo, da presente prestação de serviços.

3. Compete ao adjudicatário garantir, em permanência, que os técnicos se apresentem, em termos de vestuário, com uniforme adequado aos serviços a realizar e de acordo com as normas de segurança e higiene no trabalho, devendo o vestuário dignificar a empresa que representam e a APIN.
4. Compete ao adjudicatário garantir que no uniforme conste, bem visível, a especificação: "Assistência Local – Ao Serviço da APIN, E.I.M., S.A."
5. O adjudicatário dispõe do prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de celebração do contrato, para garantir o cumprimento das obrigações constantes do número anterior.

Cláusula 32ª Relacionamento com o Cliente

1. O técnico só entrará nos domicílios dos Clientes quando acompanhado por adultos. Caso só se encontrem menores e não havendo a possibilidade de ser acompanhado por um vizinho residente ou pela (o) porteira (o), o técnico não entrará na residência, devendo registar a ocorrência.
2. Poderá acontecer que quando o técnico tentar bater a uma porta esta se encontre aberta, sem ninguém a atendê-lo. Isto poderá ser consequência de esquecimento do proprietário/ arrendatário ou devido a outro fator, nomeadamente ato criminoso recente. Por tudo isto não deverá entrar no local, devendo tentar alertar os vizinhos ou a (o) porteira (o) para aquele facto.
3. Em prédios onde haja porteira (o) é aconselhável que o técnico se lhe dirija inicialmente, visto que é usual possuir chaves de acesso a vários locais.
4. O técnico ao tocar à campainha ou bater à porta deve aguardar o tempo que se considere razoável para que possa ser atendido. Alerta-se que há pessoas idosas com dificuldade de movimentos e casas com divisões distantes da entrada. No caso de serviço com horários pré-definidos, o técnico, deverá dar um período de tolerância, mínimo, de 10 (dez) minutos, relativamente ao horário marcado.

5. Se alguém informar o técnico de que determinado Cliente não está em casa, mesmo assim, o técnico deve tocar à porta, pois por outra entrada ou sem conhecimento de quem deu a informação, alguém poderá, entretanto, ter chegado à residência.
6. O mesmo procedimento referido no número anterior deve ser tido em relação a lojas fechadas, mesmo que protegidas com cadeados ou entaipadas. Poderá existir outra porta de acesso ao local e, portanto, encontrar-se alguém no interior.
7. Ao técnico é vedado entrar na casa de qualquer Cliente se esta estiver no momento desabitada. Quando uma chave estiver na posse da (o) porteira (o) ou de um vizinho, só deve entrar desde que a pessoa detentora da chave o acompanhe. Se não for possível o acompanhamento, o técnico não deve entrar, anotando a ocorrência.
8. Nos contadores colocados em nichos fechados à chave o técnico deve procurar que seja o possuidor da chave a abri-los. Terá, no entanto, em consideração, casos de pessoas idosas, deficientes ou outros, para quem se pode ter a delicadeza da ajuda.
9. Se o cliente abrir a porta tardiamente, quando o técnico, embora acessível, já se encontra a abandonar o local, este deve voltar atrás e executar o serviço, evitando quaisquer comentários sobre a demora do Cliente. O mesmo deve suceder se o Cliente encontrar o técnico na via pública.
10. Quando o técnico verificar que a casa está desabitada, por abandono ou falecimento do contratante, ou que o consumo está a ser feito por pessoa diferente do Cliente inscrito, executará o serviço e participará a ocorrência.
11. No caso dos trabalhos que não são executados por motivos estranhos ao adjudicatário, tal como ausência de quem facilite, ao técnico, o acesso ao local do contador, deverá ser deixado por este o respetivo impresso de aviso completo e corretamente preenchido. Este aviso será apresentado e entregue ao adjudicatário após a celebração do contrato. Os factos devem ser registados.

Cláusula 33ª Requisitos gerais aplicáveis ao serviço de substituição de contadores

1. Na execução dos diversos de substituição de contadores o adjudicatário deverá ter em atenção os seguintes requisitos:
 - a) Agendar Visita Combinada com o Cliente, de modo que o mesmo possa estar presente, para a correspondente substituição do contador. O agendamento das visitas combinadas, terão de comprimir com o definido no Regulamento n.º 446/2024 – Regulamento da Qualidade do Serviço Prestado ao Utilizador Final.
 - b) O adjudicatário deverá registar as Visitas Combinadas, dado que a sua confirmação/ prova poderá ser solicitada pela APIN, quando necessário, nomeadamente para resposta a reclamações, em total observância com o definido no Regulamento n.º 446/2024 – Regulamento da Qualidade do Serviço Prestado ao Utilizador Final.
 - c) O aviso prévio ao Cliente é dispensado quando seja possível o acesso ao instrumento de medição e o utilizador se encontre no local de consumo.
 - d) Avaliar se as condições existentes na instalação estão em conformidade com o especificado pela APIN, nomeadamente as normas da APIN para instalação das caixas de contador, constantes do Anexo I a este Caderno de Encargos.
 - e) Avaliar se é necessária a colocação de sinalização temporária no local, previamente, à intervenção;
 - f) Avaliar a tipologia da Ordem de Serviço emitida e, se necessário, solicitar a alteração da mesma ou dar a indicação da necessidade de trabalhos alternativos. No caso de serem necessários outros trabalhos deverá o adjudicatário solicitar de imediato à APIN, para “endereço” (ou telefone) a ser definido, a alteração da Ordem de Serviço para efetuar o correspondente serviço;
 - g) Em caso de necessidade a APIN, poderá solicitar fotografias para melhor avaliar a necessidade das alterações comunicadas no ponto anterior;
 - h) Fotografar o local antes e depois dos trabalhos efetuados, tendo em atenção para que seja possível, através desse registo fotográfico,

verificar as condições anteriores à intervenção. É especialmente importante que seja possível verificar a leitura do contador. Se necessário poderão ser tiradas várias fotografias. As fotografias deverão ser enviadas à APIN em suporte digital e o nome do ficheiro deverá coincidir com o número do local associado ao contrato.

- i) Caso opte a APIN, os registos serão efetuados com a própria aplicação de mobilidade fornecida;
- j) Aplicar ou proceder à sua substituição caso seja adequado, da válvula de seccionamento inviolável colocada a montante do contador, bem como a válvula de seccionamento, colocada a jusante do contador (as válvulas serão fornecidas pela APIN);
- k) Manter a válvula de seccionamento inviolável colocada a montante do contador, bem como a válvula de seccionamento, colocada a jusante do contador, fechada; Aplicar os contadores e acessórios necessários, designadamente com as anilhas de vedação e ligadores/ uniões;
- l) Colocar o contador no local adequado com a direção certa e conforme Ordem de Serviço da APIN;
- m) Realizar os apertos necessários, confirmando que estão perfeitamente estanques;
- n) Passar o arame de selar pela peça de ligação, pelo contador e pelo selo personalizado (a fornecer pela APIN) em local frontal ao contador;
- o) Os contadores deverão ser selados com selo fornecido pela APIN e com arame de selar, em inox de 0,66mm, fornecido pelo adjudicatário;
- p) Manobrar a válvula de ramal (se aplicável);
- q) O prestador de serviços deve comunicar à APIN a necessidade de intervenção do piquete para fecho da válvula de interrupção de fornecimento ao prédio para agendamento da realização da ordem de serviço;
- r) Realizar e verificar o teste de funcionamento do novo contador, bem como o correto fornecimento de água ao Cliente;

- s) Realizar a leitura do contador substituído e registar os respetivos valores na "Ordem de Serviço" e no impresso de registo de leitura, entregando-o ao cliente, nos exatos termos do previsto no número 3 do Artigo 50.º Regulamento n.º 446/2024 – Regulamento da Qualidade do Serviço Prestado ao Utilizador Final;
- t) Registar todos os dados do contador colocado, preenchendo para o efeito todos os campos do documento "Ordem de Serviço" da APIN.
- u) O prestador de serviços deve garantir o registo da execução do serviço, quer seja nas respetivas "Ordens de serviço" a entregar pela APIN, quer seja através do registo em suporte papel ou registo em PDA/tablet, ou dos motivos que inviabilizaram a sua execução e, caso aplicável, identificação do material aplicado.
- v) Caso a APIN opte pelo registo de informação de execução das "Ordens de serviço" em PDA – *Personal Digital Assistant ou tablet*, competirá ao prestador de serviços garantir a disponibilização dos equipamentos necessários, que têm de ser objeto de validação pela APIN para avaliação da compatibilidade com os restantes equipamentos e sistemas de informação a utilizar no âmbito do contrato.
- w) No caso de o contador ser retirado ou substituído por um novo, deverá ser entregue ao Cliente um documento (modelo a definir pela APIN) ou cartão próprio e do qual conste a indicação do valor do consumo registado no aparelho substituído e no que fica instalado no local, indicando a data e hora em que ocorreu o serviço.
- x) Os contadores substituídos deverão ser entregues à APIN, nos Serviços Centrais, em Zona industrial, Penela, lote 14, 3230-347 Penela, no prazo máximo de 10 dias úteis após a retirada;

Cláusula 34ª Regras técnicas específicas para a substituição de tubagens

1. Os materiais, acessórios e tubagens devem ser, obrigatoriamente, homologadas por entidades credenciadas e aprovados pela APIN.

2. No respeitante às instalações que, antes da operação de substituição de contadores, denotem sinais evidentes de que se encontram em deficiente estado de conservação, aconselhando tecnicamente uma intervenção supletiva sobre elas, o técnico deverá informar a APIN da circunstância, devendo o serviço ser suspenso. A realização de um serviço, mantendo-se a tubagem em mau estado e sem o Cliente estar informado é considerado um serviço executado incorretamente.

Cláusula 35ª Regras técnicas específicas para a limpeza dos locais de realização dos Serviços

1. Após a realização do serviço deverá ser executada, pelo técnico do Adjudicatário, a limpeza do local de trabalho, com as superfícies envolventes devidamente secas e limpas. Nos nichos dos contadores ou nas salas das baterias dos contadores, não deverão ser deixados os plásticos de proteção dos contadores, as tampas de proteção das roscas, anilhas novas ou usadas, selos novos ou usados, panos ou trapos ou outros quaisquer objetos que pertençam à APIN ou ao Adjudicatário.
2. A realização de um serviço, sem os cuidados acima referidos, é considerado um serviço executado incorretamente.

Cláusula 36ª Avarias durante a realização dos serviços

1. É da responsabilidade do Adjudicatário a resolução de avarias que decorram durante a realização do serviço, da forma mais rápida e mais eficaz, designadamente, substituindo as canalizações e ou torneiras avariadas sem quaisquer encargos para o Cliente.
2. Destas avarias, não pode resultar qualquer deficiência no abastecimento do Cliente, a não ser durante o espaço de tempo estritamente necessário para a reparação das avarias.
3. Eventuais danos emergentes ou consequência destas avarias são da inteira responsabilidade do Adjudicatário, que os deve assumir imediatamente perante os lesados.

Cláusula 37ª Contadores danificados

1. No caso de contadores que forem encontrados danificados, o técnico deverá alertar o Cliente para o facto, solicitando-lhe a assinatura de termo de responsabilidade, no qual o Cliente reconheça a situação.
2. Se o cliente se recusar a reconhecer a situação ou se estiver ausente, o técnico deverá substituir o contador e registar a ocorrência com detalhe, dando conhecimento ao Cliente de que a APIN irá atuar e que pode vir a tomar as medidas que considerar adequadas.

Cláusula 38ª Detecção de situações fraudulentas

O técnico do Adjudicatário deverá de imediato anular o consumo fraudulento, quando este for detetado no local ou no prédio em que inicialmente se deslocou para a realização do serviço, alertando de imediato a APIN da ocorrência registada.

Cláusula 39ª Meios técnicos e humanos a afetar à Prestação de Serviços de Substituição de Contadores

1. Meios técnicos a afetar à prestação de serviços de substituição e instalação de contadores
 - i) Relativamente a viaturas, deverão ser afetas, no mínimo, 1 (uma) viatura mista para os técnicos. Em função do volume de trabalhos a realizar, o número de viaturas a disponibilizar à prestação de serviços deverá ser ajustado.
 - ii) Cada viatura dos Técnicos deverá conter todas as ferramentas e acessórios adequados à prestação dos serviços, como por exemplo: "racord", "válvulas de selar", extensivos, torneiras de esfera, etc., para os vários diâmetros de tubagem e tipos de constituição de tubagem e permitir o correto acondicionamento dos contadores.
 - iii) Meios humanos a afetar à prestação de serviços de substituição e instalação de contadores.

2. **1 (Um) Gestor de Contrato/ Gestor de Projeto**, o qual terá funções de planeamento e controlo da execução do Contrato/ Projeto, garantindo a execução continuada e consistente dos serviços de assistência ao domicílio, respeitando o caderno de encargos, promovendo um contacto diário, atempado e assertivo com o supervisor e com os técnicos da APIN, devendo ainda possuir, cumulativamente, no mínimo, as seguintes habilitações:
 - i) 12.º ano de escolaridade;
 - ii) Experiência profissional como Gestor de projeto de serviços de assistência técnica domiciliária de água e/ ou substituição de contadores de água para consumo humano;
3. **1 (Um) Supervisor/ Coordenador de equipas**, o qual terá funções de supervisão de equipas a operar no terreno e interface com o Gestor de Contrato/ Gestor de Projeto, devendo, ainda, possuir, cumulativamente, no mínimo, as seguintes habilitações:
 - i) 9.º ano de escolaridade;
 - ii) Experiência profissional como Supervisor de equipas na prestação de serviços de assistência técnica de água em Entidades gestoras de serviço de águas em baixa;
4. **1 (Um) Técnico de Back-Office**, o qual terá funções de natureza administrativa, assegurando a receção, tratamento e encaminhamento de serviços e de técnicos, articulação com clientes, devendo, ainda, possuir, cumulativamente, no mínimo, as seguintes habilitações:
 - i) 9.º ano de escolaridade;
 - ii) Experiência obrigatória em áreas similares de "back office" de contratos de assistência técnica ao domicílio, no setor da água para consumo humano;
5. **2 (Dois) Técnicos**, os quais realizarão os trabalhos de campo de substituição de contadores, devendo ainda possuir, cada um deles, cumulativamente, no mínimo, as seguintes habilitações:
 - i) 9.º ano de escolaridade;
 - ii) Experiência obrigatória na prestação de serviços técnicos de água;

6. Constitui requisito indispensável para que a APIN autorize a substituição de qualquer elemento da equipa técnica, que o (s) novo (s) técnico (s) detenha (m) qualificações e experiência profissional iguais ou superiores às do (s) técnico (s) a substituir.
7. A APIN pode obstar à substituição de técnicos quando entenda que o (s) novo (s) técnico (s) a afetar não atinge (m) os padrões desejados e/ ou satisfaz (em) os objetivos, visão, estratégia e valores da APIN.

Cláusula 40ª Quantidades estimadas

1. As quantidades estimadas de serviços a prestar, constam do Anexo A – Quantidades Estimadas.
2. O prazo de execução do contrato poderá ser reduzido a pedido da APIN, aumentando o número de substituições diárias.

Penela, 07 de janeiro de 2025

Anexo A - Quantidades Estimadas

Cod.	Designação	Unidade	Qtd Globais
1	Substituição de contadores pelo mesmo diâmetro do existente de 15 a 25mm, incluindo substituição das anilhas		
1.1	Q3 2.5 m3/h, DN 15		
1.1.1	Montagem contador	UN	3675
1.2	Q3 2.5 m3/h, DN 20		
1.2.1	Montagem contador	UN	368
1.3	Q3 4 m3/h, DN 25		
1.3.1	Montagem contador	UN	184
1.4	Q3 6,3 m3/h, DN 25		
1.4.1	Montagem contador	UN	37
2	Substituição de contadores (incluindo válvula anti retorno) por outros de diâmetro diferente do existente para contadores de 15 a 25 mm, incluindo todos os acessórios e trabalhos necessários à correcta colocação dos mesmos, incluindo os kit de ligação dos contadores		
2.1	Q3 2.5 m3/h, DN 15 (contador a instalar)		
2.1.1	Montagem contador	UN	368
2.2	Q3 2.5 m3/h, DN 20 (contador a instalar)		
2.2.1	Montagem contador	UN	37
2.3	Q3 4 m3/h, DN 25 (contador a instalar)		
2.3.1	Montagem contador	UN	18
2.4	Q3 6,3 m3/h, DN 25 (contador a instalar)		
2.4.1	Montagem contador	UN	4
3	Substituição de contadores (incluindo válvula anti retorno) que incluam a substituição de parte de tubagem existente a montante e a jusante do contador, devido a esta se encontrar em mau estado de conservação, não possibilitando a substituição do mesmo, para contadores de 15 a 25 mm, incluindo todos o trabalhos e materiais necessários a sua boa execução, nomeadamente no que respeita a pequenos trabalhos de construção civil e incluindo a válvula de selagem e os kit de ligação aos contadores.		
3.1	Q3 2.5 m3/h, DN 15		
3.1.1	Montagem contador	UN	368
3.2	Q3 2.5 m3/h, DN 20		
3.2.1	Montagem contador	UN	37
3.3	Q3 4 m3/h, DN 25		
3.3.1	Montagem contador	UN	18
3.4	Q3 6,3 m3/h, DN 25		
3.4.1	Montagem contador	UN	4